

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS - ESPECIAL RETROSPECTIVA 2017

EDIÇÃO VI - 3 DE JANEIRO DE 2017

PETROLEIROS DE MINAS ACEITAM PROPOSTA PARA ACT 2017-2019



APROVAÇÃO DA PROPOSTA ACT 2017-2019

A favor: 47,91%

Contra: 46,13%

ESTADO DE GREVE E ASSEMBLEIA PERMANENTE

A favor: 98,8%

Contra: 0

Com um placar acirrado, 47,91% dos petroleiros de Minas Gerais votaram pela aceitação da última proposta apresentada pela Petrobrás para o Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2019. As assembleias foram realizadas entre 19 e 22 de dezembro na Regap, Termelétrica Aureliano Chaves e Transpetro, e no dia 27 em Juiz de Fora e Montes Claros.

Na Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, 70% dos petroleiros aprovaram o indicativo da FUP para o ACT. Os petroleiros também aprovaram com 98,8% o estado de greve e assembleia permanente contra as privatizações.

Com a aprovação do indicativo da FUP, os petroleiros garantiram a manutenção de direitos históricos do ACT, - uma vitória importante no cenário político atual do Brasil e de mudanças drásticas nas leis de trabalho. **Veja mais sobre a Campanha Salarial 2017 nas páginas 4 e 5.**

Foto acima: Petroleiros aprovam proposta da Petrobrás para ACT 2017-2019



Trabalhadores de Minas votam a favor da segunda pauta: estado de greve e assembleia permanente



EDITORIAL

SEM TEMER POR 2018!

Quando começamos 2017 ainda sentíamos a dor de um golpe muito recente. Hoje, já em 2018, apesar dos hematomas e das perdas, seguimos vivos e resistindo!

Se dá pra concluir alguma coisa com esse ano de 2017 é que não se pode duvidar da capacidade da classe trabalhadora de resistir. Mesmo diante de uma conjuntura tão desfavorável, vemos um governo golpista com dificuldades para consolidar sua cartilha de agrados ao grande capital.

Apesar de golpes pesados, como o congelamento de gastos sociais, a Reforma Trabalhista e a intensa lista de entregas do patrimônio público, a classe trabalhadora brasileira deve se orgulhar de como conseguiu enfrentar uma das principais bandeiras do governo Temer: a Reforma da Previdência.

Embora não esteja enterrada, o que ainda exigirá muita luta em 2018, a Reforma unificou e oxigenou o movimento sindical brasileiro. Em abril, trabalhadores de todo o País construíram a maior greve geral da história do Brasil, mostrando ao governo Temer - e até a nós mesmos - que, unidos, somos MUITO fortes.

Especificamente para nós, petroleiras e petroleiros de Minas, 2017 se mostrava ainda mais desafiador. Entretanto, mesmo após uma eleição sindical que expôs certa divisão na categoria, os trabalhadores não se furtaram de seguir os chamados do sindicato para se mobilizar contra os ataques de Temer/Parente. Aliás, a categoria entendeu o esforço da nova diretoria na busca pela participação mais ativa da base na construção de decisões e ações promovidas pelo sindicato.

A categoria de Minas vem se consolidando, portanto, como uma das mais fortes e mobilizadas bases do País. Mostrou forte senso de solidariedade de classe para enfrentar a redução de efetivo no refino, além de se mostrar sempre disposta a lutar pela manutenção dos nossos direitos e empregos. Mesmo após conquistarmos uma vitoriosa proposta para nosso ACT, as trabalhadoras e trabalhadores mostraram disposição para tentar avançar ainda mais na negociação, mesmo com poucas chances.

O ano de 2018, no entanto, exigirá ainda mais dessa aguerrida categoria. O plano de privatizações na Petrobrás deve se intensificar, com foco nas grandes bases petroleiras, como o refino. Além disso, será necessário que petroleiras e petroleiros não somente pensem e construam uma candidatura que esteja do nosso lado nas eleições, mas que também lutem para garantir que possamos decidir democraticamente sobre nosso futuro. A tentativa de impedir Lula de se candidatar por meio de uma perseguição político-jurídica, assim como as intenções de emplacar o parlamentarismo às vésperas das eleições, são movimentações claras contra a possibilidade desse País voltar a ter um governo democrático-popular.

O ano de 2017 nos provou, portanto, que - com organização e unidade - somos capazes de lutar sem temer. Esperamos que, em 2018, sejam eles que tenham motivos para nos temer!

INFORMES

Recesso de fim de ano do Sindipetro/MG

Informamos que o Sindipetro/MG interrompeu suas atividades no dia 22 de dezembro para as férias coletivas dos funcionários do Sindicato.

Retornaremos nossas atividades no dia 10 de janeiro, em horário normal: das 9h às 18h.

Nesse período, os diretores **Cristiano Almeida (31 - 99327 6970)** e **Alexandre Finamori (31 - 99223 8864)** estarão de plantão para atender quaisquer demanda dos associados.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Já o departamento jurídico do Sindicato volta ao funcionamento normal no dia 22 de janeiro. O atendimento é feito segundas, quartas e sextas, das 10h às 18h.

Feliz ano novo!

Que 2018 seja um ano de muita união, força e luta entre os trabalhadores para enfrentar os desafios que estão por vir. E que também seja um ano de prosperidade e realizações a todos os petroleiros, familiares e amigos.

São os desejos de toda a diretoria e dos funcionários do Sindipetro/MG

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Leticia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamei, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Jornalistas: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535. - www.sindipetro.org.br - sindipetro@syndipetro.org.br



2017: ANO DE GRANDES PERDAS PARA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

O ano de 2017 foi difícil para a classe trabalhadora. Apesar de toda a mobilização nacional, que teve início ainda em 2016 com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, não foi possível barrar alguns dos retrocessos do governo golpista, especialmente sobre os direitos trabalhistas e sociais.

Ao longo desse ano foram aprovadas a liberação da terceirização irrestrita, englobando agora todos os setores e atividades de uma empresa e talvez a mais grave de todas as medidas: a reforma trabalhista.

Esta última altera uma série de itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que protegia o trabalhador e assegurava-lhe condições dignas de trabalho. Também deixa inúmeras lacunas, o que pode gerar diferentes entendimentos por parte da Justiça e deixa a classe trabalhadora ainda mais vulnerável.

Também está em jogo o direito a se aposentar. O governo tentou a todo custo aprovar a Reforma da Previdência, mas a luta dos trabalhadores conseguiu impedir que o projeto fosse votado no Congresso. A votação foi adiada para 2018, o que demandará que a classe trabalhadora continue unida e mobilizada para não deixar que mais essa reforma passe.

PETROBRÁSE PRÉ-SAL

2017 também foi um ano de muito ataque à Petrobrás, que desde o início está no centro do golpe político de 2016. O Congresso alterou a Lei da Partilha, tirando da estatal a prerrogativa de ser operadora única do pré-sal no Brasil e de participar com pelo menos 30% da exploração de todos os campos descobertos no País.

A gestão de Pedro Parente/Michel Temer também alterou a política de preços dos combustíveis e gás de cozinha, atrelando os reajustes no Brasil aos preços praticados no



Petroleiros participam de atos em todo o País contra as reformas do governo e o desmonte da Petrobrás

mercado internacional. Isso fez com que o gasto com esses itens crescesse consideravelmente, onerando especialmente as famílias mais pobres e ampliando a desigualdade social.

Também na gestão atual foram iniciadas diversas vendas de ativos, como no caso do campo de gás Azulão (Bacia do Amazonas), o campo de gás Juruá (Bacia de Solimões) e o campo de Maromba (Bacia de Campos), além de diversos ativos no Paraguai, sete polos de produção em águas rasas (30 campos) e três em terra (50 campos), 90% da TAG (que opera gasodutos no Nordeste) e a Fafen Paraná.

Foi anunciada ainda a entrega de refinarias, como o caso da Regap, em Betim. A informação foi confirmada pelo diretor de Estratégia, Organiza-

ção e Sistema de Gestão da empresa, Nelson Silva, durante visita à unidade em abril. Também está prevista a venda de outras fábricas de fertilizantes, usinas de biodiesel e da BR Distribuidora.

Já a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) flexibilizou as exigências de conteúdo local mínima de um contrato do projeto Piloto de Libra, uma das maiores reservas de pré-sal brasileiro.

A ANP também realizou duas rodadas de leilões do pré-sal, dos quais a Petrobrás só participou de três pleitos. Assim, a empresa diminui sua participação no pré-sal e abre espaço para que empresas estrangeiras se apropriem de uma das maiores riquezas já descobertas no País.



LUTA DOS PETROLEIROS GARANTE DIREITOS

Depois de quatro meses de negociação para garantir os direitos dos petroleiros pelos próximos dois anos, a base de Minas Gerais votou a favor da proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho 2017-2019. A categoria também foi favorável ao estado de greve e de assembleia permanente.

Com a aprovação do indicativo da FUP, os petroleiros garantiram a manutenção de direitos históricos do ACT, - uma vitória importante no cenário político atual do Brasil e de mudanças drásticas nas leis de trabalho.

A Petrobrás, inclusive, começou a negociação prorrogando o ACT somente até o dia 10 de novembro, véspera da entrada em vigor da nova legislação. A FUP reagiu imediatamente, propondo um Termo Aditivo com salvaguardas que protegem os direitos da categoria das precarizações impostas pelo golpe.

A campanha reivindicatória dos petroleiros ocorreu em um cenário de extrema dificuldade para a classe trabalhadora. Temer e sua turma congelaram por 20 anos os investimen-

tos públicos, desmontaram a legislação trabalhista, estão desregulamentando o setor de óleo e gás, desindustrializando o País e entregando todas as riquezas da nação, inclusive o pré-sal e a Petrobrás. O próximo passo é acabar com a aposentadoria.

É em meio a essa avalanche de ataques que os petroleiros estão impedindo o desmonte do Acordo Coletivo. Apenas dois direitos tiveram mudanças na forma de concessão: o auxílio alimentação, que passa a ser através de vale refeição/alimentação, e o Benefício Farmácia, cuja nova modelagem é de coparticipação, onde só paga quem usar.

MONTES CLAROS

Os trabalhadores da Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro, em Montes Claros, também votaram a favor do indicativo da FUP para o ACT 2017-2019. Apesar de ter a mesma proposta, o Acordo Coletivo dos trabalhadores das Usinas de Biodiesel é assinado separadamente ao dos trabalhadores das refinarias e termelétricas.



Linha do tempo - Campanha ACT 2017-2019

18/08

Diretores da FUP entregam pauta de reivindicações à Petrobrás;

14/09

Primeira reunião de negociação do ACT 2017/2019 e apresenta primeira proposta, que retira direitos dos petroleiros;

05/10

Terceira rodada de negociação com a Petrobrás;

06/10

Conselho da FUP aprova greve a partir de 11/11, caso a Petrobrás retire direitos e adote a Reforma Trabalhista;

10/09

Petroleiros de Minas aprovam aditivo à pauta de reivindicações em relação à Reforma Trabalhista;

21/09

Segunda rodada de negociação com a Petrobrás;

29/09

Petroleiros de MG rejeitam proposta, aprovam mote "com redução de direitos, não tem acordo", estado de greve permanente e o fim das interinidades;

10/10

Sindipetro/MG promove Seminário de Qualificação de Greve;



POR ACORDO COLETIVO POR MAIS DOIS ANOS

No quadro abaixo é possível acompanhar as mudanças nos principais pontos das propostas da Petrobrás para o ACT 2017-2019 durante a Campanha Salarial.

No pé da página, a linha do tempo mostra a evolução da negociação do Acordo Coletivo dos petroleiros durante 2017.



PRIMEIRA PROPOSTA

Reajuste salarial: 1,73% no salário básico e na RMNR;

Horas Extras: reduz para 50%;

Férias: redução da gratificação de férias para 1/3. Os 2/3 restantes serão pagos em forma de abono;

Auxílio Almoço: migração para Vale Refeição/Vale Alimentação;

Benefícios Educacionais: 0% de reajuste e fim do Programa Jovem Universitário;

Benefício Farmácia: fim do benefício;

Jornada de trabalho: redução do regime administrativo, de cinco para quatro dias semanais com redução salarial de 20%;

Promoção: fim da promoção por antiguidade de Pleno para Sênior nos cargos de nível médio.

Na primeira proposta, o Acordo valeria apenas por apenas um ano, e não dois.

SEGUNDA PROPOSTA

Reajuste salarial: 1,73% no salário básico e na RMNR;

Horas Extras: reduz para 75%;

Férias: redução para 1/3. Os 2/3 restantes são pagos como abono;

Auxílio Almoço: migração para Vale Refeição/Vale Alimentação no valor de R\$ 1.143;

Benefícios Educacionais: mantém os benefícios, inclusive o Programa Jovem Universitário, reajustados em 1,73%;

Benefício Farmácia: novo modelo coparticipativo, com subsídio de remédios acima de R\$ 150;

Jornada de trabalho: redução opcional do regime administrativo, de 5 para 4 dias semanais com redução de 20% do salário ou de 8h para 6h diárias, com redução de 25% da remuneração;

Promoção: fim da promoção por antiguidade de Pleno para Sênior nos cargos de nível médio.

TERCEIRA PROPOSTA

Reajuste salarial: 1,73% no salário básico e na RMNR;

Horas Extras: mantém em 100%;

Férias: mantém em 100%;

Auxílio Almoço: migração para Vale Refeição/Vale Alimentação no valor de R\$ 1.143 (com reajuste);

Benefícios Educacionais: mantém os benefícios e o Programa Jovem Universitário, reajustados em 1,73%;

Benefício Farmácia: novo modelo coparticipativo, com subsídio de remédios acima de R\$ 150;

Jornada de trabalho: redução opcional do regime administrativo, de cinco para quatro dias semanais com redução de 20% ou de 8h para 6h diárias com redução de 25% da remuneração;

Promoção: mantém a promoção por antiguidade de Pleno para Sênior nos cargos de nível médio.

06/11

Pressão dos trabalhadores faz Petrobrás prorrogar Acordo Coletivo até 30/11;

24/11

Assembleias em todo o País aprovam greve por tempo indeterminado caso haja retirada de direitos no ACT;

30/11

Dia Nacional de Mobilização contra a retirada de direitos;

15 a 27/12

Assembleias aprovam proposta para ACT 2017/2019

03/11

Petrobrás apresenta segunda Proposta para ACT em nova rodada de negociação com a FUP;

10/11

Petrobrás apresenta nova proposta, que ainda retira direitos dos petroleiros;

28/11

Pressão dos trabalhadores faz Petrobrás prorrogar Acordo Coletivo até 31/12.

12/12

Nova rodada de negociação com a Petrobrás;

15/12

FUP encaminha indicativo de aceitação após ajustes na última proposta;



VITÓRIA DOS PETROLEIROS: EQUACIONAMENTO ABUSIVO DO PP-1 É BARRADO NA JUSTIÇA

Uma importante luta da categoria petroleira ao longo de 2017 foi pelo equacionamento mais justo do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP), conhecido como Plano Petros 1.

O plano aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em setembro previa equacionamento pelo valor máximo, que em 2015 e 2016 somaram R\$ 26,78 bilhões (estimativa de R\$ 27,7 bilhões até final de 2017).

No entanto, além de não levar em conta a situação real do plano, uma vez que o recadastramento ainda estava sendo realizado, a aprovação da cobrança pelo teto também contraria a legislação do setor e penaliza sobremaneira os beneficiários e assistidos do PP-1. Em alguns casos, a contribuição extra corresponderia a mais que o dobro do valor descontado atualmente.

Diante disso, o Sindipetro/MG, a FUP e outros sindicatos filiados à Federação ingressaram com Ações Cíveis Públicas (ACP's) pedindo a suspensão do pagamento até a apuração total das causas do déficit ou, pelo menos, que o equacionamento fosse feito pelo valor mínimo.

Uma dessas ações - do Sindicato Unificado de São Paulo - obteve liminar favorável aos trabalhadores e a Justiça determinou que o ajuste fosse feito pelo mínimo de R\$ 7 bilhões, calculado somente sobre o resultado negativo de R\$ 16 bilhões em 2015. A decisão é do final de novembro e, segundo o jurídico da FUP, válida para todo o País.

Além disso, o Sindipetro/MG promoveu seminários que tiveram a participação de ex-diretores e ex-conselheiros da Petros e de especialistas em previdência privada para esclarecer dúvidas sobre a proposta de equacionamento e discutir com a categoria alternativas à cobrança pelo teto. Uma série de matérias sobre o assunto também foram publicadas nos



Ato contra o equacionamento abusivo do Plano Petros 1, no Rio de Janeiro



Seminários sobre o Plano Petros 1 realizados no Sindipetro/MG

boletins do Sindicato.

Em dezembro, a Petros adiou a cobrança que começaria a ser feita dos participantes do PP-1 para 2018. Essa foi mais uma vitória das ações dos

sindicatos filiados à FUP, tanto na esfera judicial quanto no processo negocial, para impedir que os beneficiários e assistidos arquem com uma conta abusiva.



Espaço Jurídico



Horário de atendimento do departamento jurídico:
Segunda, Quarta e sexta-feira das 10h as 18h.
O atendimento também é feito com horário marcado.
Tel: 2522-9801 ou por e-mail:
juridico@sindipetromg.org.br

SINDIPETRO/MG GARANTE DIREITOS DE PETROLEIROS NA JUSTIÇA

Ao longo de 2017, o **Sindipetro/MG**, por meio de sua assessoria jurídica, obteve importantes vitórias para a categoria petroleira. Uma delas foi o acordo sobre horas extras dos empregados da Manutenção e Inspeção de Equipamentos da Regap, firmado entre o Sindicato e a Justiça do Trabalho em junho deste ano e homologado em outubro.

O acordo reconhece que os trabalhadores desses dois setores (exceção de gerentes e supervisores) podem voltar a fazer duas horas extras durante paradas de manutenção nos turnos da noite.

Diversas ações de concessão ou revisão de benefícios de aposentadoria por tempo especial também

obtiveram vitória na Justiça. Foram ajuizadas mais de 50 ações contra o INSS, das quais mais da metade tiveram liminares ou sentenças definitivas concedendo benefícios pleiteados ou a revisão de benefícios já concedidos. Em alguns casos, inclusive, eles já vêm sendo pagos mensalmente aos beneficiários.

O Sindipetro/MG também ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) pedindo a suspensão do pagamento do déficit do Plano Petros 1 até a apuração de suas causas ou, pelo menos, o equacionamento pelo valor mínimo. Uma ação nos mesmos moldes, movida pelo Sindicato Unificado de São Paulo, já obteve liminar favorável em novembro beneficia participantes do plano em todo o País.

Além disso, a entidade também entrou como terceira interessada na ação do Sindipetro Amazonas que pedia a suspensão da segunda e terceira rodadas de leilão do pré-sal. A ação obteve liminar favorável, concedida pelo juiz da 3ª Vara Cível da Justiça Federal do Amazonas, mas foi derrubada no mesmo dia por um recurso da Advocacia Geral da União (AGU). No entanto, o processo ainda será julgado.

Também em 2017 foi feita a reestruturação do departamento jurídico, atualmente sob a coordenação dos advogados Caio e Denise Ferreira Marcondes.

Hoje, o setor conta com atendimento às segundas, quartas e sextas-feiras e, eventualmente, também às terças e quintas.



O Sindipetro/MG agradece a solidariedade dos petroleiros da ativa e aposentados que doaram roupas, sapatos, cobertores, roupas de cama, entre outros itens às vítimas das fortes chuvas no interior de Minas Gerais. As doações foram encaminhadas ao Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) de Minas Gerais e serão levadas à população atingida.



NOVA GESTÃO DO SINDICATO APOSTA EM RENOVAÇÃO PARA ATENDER CATEGORIA



Delegação mineira em ato contra as privatizações das estatais, em 3 de outubro - aniversário da Petrobrás



Delegação mineira presente no XVII Confup, na Bahia.



Chapa 1, vencedora da eleição em 2017



31º Congresso Estadual dos Petroleiros de MG, em julho de 2017



Ato contra a Reforma da Previdência em 15 de março de 2017



Apuração da eleição para diretoria do Sindipetro/MG

Buscando a renovação, mas sem perder de vista a importância que a experiência traz para a condução de uma categoria de trabalhadores, a Chapa 1 venceu as eleições realizadas em maio deste ano para o triênio 2017-2020 à frente do **Sindipetro/MG**.

A chapa ampliou a participação de jovens e mulheres e contou com a participação de integrantes de diversos setores da Petrobrás em Minas, para estar mais próxima e conhecer melhor a realidade da categoria no Estado.

E, desde que assumiu, a nova diretoria, comandada pelo coordenador geral Anselmo Braga, tem buscado novas formas de representação, diálogo e aproximação com os trabalhadores.

Uma delas foi a realização de seminários mensais com a base para ouvir dos petroleiros sugestões, propostas e críticas à condução das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2020 e também acerca da atuação do Sindicato.

Também foi realizada a reformulação do site, dos boletins e do jornal do Sindipetro/MG, com o objetivo de tornar mais fácil, clara e ágil a comunicação da entidade com a categoria.

Iniciamos ainda a produção de vídeos e a elaboração de textos informativos baseados em estudos do (GEEP/FUP) sobre a venda de ativos da Petrobrás, os leilões e a entrega do pré-sal, a desnacionalização do gás, entre outros temas, de maneira a deixar a categoria ainda mais informada sobre as estratégias da Petrobrás e do governo golpista para desmontar a empresa.

Ainda no âmbito da comunicação, a diretoria estreitou seu contato com a base por meio de grupos formados em redes sociais, que permitem a discussão de temas do dia a dia de trabalho e das negociações salariais, além de agilizar o repasse de informações sobre acidentes e o atendimento às demandas dos associados. A presença dos diretores na área também passou a ser mais frequente e constante.

Para melhor atender aos associados, a diretoria também realizou uma ampla reformulação em seu departamento jurídico, setor atualmente coordenado pelos advogados Caio e Denise Ferreira Marcondes.

Agora, o Sindicato conta com o atendimento de cinco advogados todas as segundas, quartas e sexta-feiras e,

eventualmente, também às terças e quintas.

No entanto, nenhuma dessas mudanças seriam possíveis sem o voto de confiança da categoria, que acredita no Sindicato e, mais uma vez, deu uma chance para que a Chapa 1 continuasse e melhorasse o trabalho que vinha realizando nos últimos anos.

A participação dos petroleiros é fundamental para que o Sindipetro/MG continue construindo um sindicalismo forte para fazer frente a qualquer tentativa de retirada de direitos dos trabalhadores ou de desmonte da Petrobrás.

INFRAESTRUTURA

O Sindipetro/MG também planeja uma mudança em sua infraestrutura durante o ano de 2018. O objetivo é aproveitar melhor o espaço disponível no Sindicato para usufruto da própria categoria.

Dentre os projetos está prevista a construção de um auditório para a realização de eventos, palestras e congressos e um de espaço de convivência para os associados, com cozinha, churrasqueira e área de lazer, onde hoje é um galpão.